



HAL
open science

História de vida das plantas e agricultura indígena no médio e alto Rio Negro

Ludivine Eloy, Laure Empeaire, Carla Dias

► **To cite this version:**

Ludivine Eloy, Laure Empeaire, Carla Dias. História de vida das plantas e agricultura indígena no médio e alto Rio Negro. Manejo do Mundo. Conhecimentos e práticas dos povos indígenas do Rio Negro, Instituto Socioambiental, pp.192-203, 2010. hal-00533357

HAL Id: hal-00533357

<https://hal.science/hal-00533357v1>

Submitted on 18 Sep 2024

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.



Distributed under a Creative Commons Attribution - NonCommercial - NoDerivatives 4.0 International License

História de vida das plantas e o sistema agrícola indígena no médio e alto Rio Negro

Leonéia Nogueira, Maria Aparecida Falcão Hilário, Maria do Rosário Melgueiro, Maria Assunção Penha Barreto, Moisés Luis da Silva¹

Ilma Fernandes Neri, Jaqueline Sanches, Marivelton Rodrigues Barroso, Omilda da Silva de Menezes, Regina Perina Aragão, Sandra Gomes de Castro e Valter Monteiro²

Carla Dias, Ludivine Eloy, Laure Emperaire³

1. A trajetória das pesquisas

Desde 1998 pesquisas⁴ são desenvolvidas no alto e médio Rio Negro sobre o tema da agricultura e das plantas cultivadas. Esses doze anos de trabalhos envolvem três aspectos, estudos sobre o manejo da diversidade das plantas cultivadas, articulação entre pesquisadores indígenas e pesquisadores de fora e as reflexões e ações a serem empreendidas que visam assegurar o futuro de uma agricultura que faz parte da história dos povos do Rio Negro.

¹ Pesquisadores do projeto *Agrobiodiversidade nas Terras Indígenas do Rio Negro*, pesquisa documental, entrevistas, registros fotográficos, levantamentos de variedades nas roças, sistematização de dados, redação de relatórios e material entregue para as famílias entrevistadas, articulação e apoio para a organização da Feira “Direto da Roça”, em São Gabriel da Cachoeira

² Pesquisadores do projeto *Um patrimônio invisível: Documentação e Pesquisa sobre o sistema agrícola do Rio Negro / AM*, registros de história de vida e das comunidades, entrevistas, registros fotográficos, divulgação e mobilização nas comunidades e bairros de Santa Isabel do Rio Negro, organização de seminários e assembléias acerca do tema (como apoio de lideranças indígenas da Acimrn e Foirn), discussões e estudos sobre casos anteriores de reconhecimento de patrimônio imaterial pelo IPHAN

³ Respectivamente pesquisadores do ISA, CNRS e IRD, coleta de dados, apoio para interlocução entre representantes do movimento indígena entre si e deles com instituições públicas como o IPHAN, por exemplo, participação de Joana Cabral de Oliveira (USP) à coleta de dados.

⁴ A sequência dos projetos:

- a. 1998-2000, *Manejo tradicional da mandioca na Amazônia brasileira*, ISA/CNPq - IRD, Santa Isabel do Rio Negro (Tapereira, Santa Isabel), São Gabriel da Cachoeira (São Gabriel, Louro, Iauareté, Tucumã-Rupitá, Tabocal dos Pereira) e Barcelos (Barcelos);
- b. 2005 - 2007, *Agrobiodiversidade nas Terras Indígenas do Rio Negro*, ISA, São Gabriel da Cachoeira (Ilha das Flores, Santa Maria, São Sebastião e cidade);
- c. 2005-2008, *Populações, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais na Amazônia - PACTA*, Unicamp/CNPq-IRD, Santa Isabel do Rio Negro (Tapereira, Espírito Santo e cidade);
- d. 2007-2009, *Documentação e Pesquisa sobre os sistemas agrícolas do Rio Negro / AM*, ACIRMN - ISA - IPHAN - Pacta;
- e. 2009 - 2013, *Populações, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais Associados (Pacta)*, Unicamp/CNPq-IRD, em andamento.

A pesquisa foi inicialmente focada sobre a mandioca e, no decorrer dos doze anos, se transformou em um estudo mais amplo sobre o *sistema agrícola do Rio Negro*, com o objetivo de entender como são manejados e pensados as plantas cultivadas, os espaços da roça e da capoeira, como as plantas circulam entre as pessoas, quais são os objetos que são utilizados para preparar alimentos, como os alimentos são preparados e consumidos. Trabalhou-se também sobre como essa agricultura se transforma, ou se mantém, quando é praticada no entorno da cidade. A articulação dos trabalhos dos pesquisadores, indígenas ou não-indígenas, e das associações foi se estreitando ao longo desses doze anos, levando, além da realização de várias oficinas, a duas ações principais, uma local: a criação de uma feira do produtor em São Gabriel da Cachoeira e outra regional: a solicitação ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Ministério da Cultura) pela Acimrn (Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro, com sede em Santa Isabel do Rio Negro) de registro do sistema agrícola do rio Negro como patrimônio imaterial. A fim de apoiar a formação de pesquisadores indígenas, fomentar a participação das lideranças indígenas locais para apresentar e discutir nas comunidades do médio rio Negro a proposta de valorização e registro, bem como para alcançar uma dimensão regional à solicitação de registro (tendo em vista que os conhecimentos e práticas envolvidas no sistema agrícola são compartilhados rio Negro acima e abaixo), o ISA coordenou o projeto, apoiado pelo IPHAN: *Um patrimônio invisível: Documentação e pesquisa sobre os sistemas agrícolas do Rio Negro / AM*, em parceria com a Acimrn e o Pacta (Populações, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais Associados). Esta parceria interinstitucional entre uma ONG socioambiental, institutos de pesquisa e representações indígenas, somada ao apoio do IPHAN, permitiu um enfoque em uma importante dimensão sócio-política no escopo deste processo, a articulação entre as representações indígenas do rio Negro, tais como: Asiba (Associação Indígena de Barcelos), Foirn (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro) e algumas associações de base do alto rio Negro. O dossiê de registro deve ser finalizado com base em todos esses elementos e com a apresentação de um plano de salvaguarda em meados de 2010.

A composição dos dados resultantes destas pesquisas com os das pesquisas desenvolvidas no alto rio Negro, aqui publicadas, e outras, publicados nos volumes *Narradores Indígenas*, bem como com as pesquisas de Desmoulière (2001), Corbellini (2004), Leme da Silva (2003) e Cardoso (2008), realizadas ao longo do rio Negro darão uma perspectiva regional e temporal, nos planos simbólicos e práticos, acerca do *manejo do mundo* e, especificamente, do sistema agrícola desenvolvido pelas populações indígenas.

2. O contexto

As pesquisas foram realizadas no alto e médio Rio Negro, contudo elas respondem a preocupações que não são apenas de foco local, mas também, de cunho mundial e nacional. A partir dos anos 1950-1960, depois da implementação da chamada Revolução Verde, que levou a uma modernização da agricultura na base da introdução em grande escala de insumos e de variedades de plantas, não mais locais, mas selecionadas em instituições de desenvolvimento agrícola, houve, em parte, uma maior disponibilidade em alimentos, mas, por outro lado, desencadeiou-se um processo de diminuição de variedades e das bases técnicas locais. Na Itália, por exemplo, cerca de 75% das variedades locais, aquelas selecionadas pelos agricultores, foram perdidas; na Alemanha, 90% dessas plantas desapareceram em cinquenta anos (Hammer, Gladis et al. 2003). Na Amazônia a maior parte dos recursos fitogenéticos está associada à prática de agricultura de subsistência desenvolvida pelas populações locais. A região do alto e médio rio Negro são consideradas como um centro de diversificação (Emperaire, 2001). Contudo, por diversos fatores socio-econômicos e políticos, observa-se uma tendência geral de diminuição da diversidade de cultivares. Na região do rio Negro, o fim da época áurea da borracha, os projetos de colonização do governo, as implantações e, posterior, término dos internatos salesianos, alteraram a dinâmica social e principalmente a forma de ocupação pelas famílias indígenas. O fluxo migratório, que sempre foi característica da população local, ganhou novos vetores de motivação e, atualmente, de maneira muito peculiar, boa parte das famílias indígenas pratica uma alternância de moradia entre as comunidades ribeirinhas e as zonas urbanizadas e outra boa parte se deslocou, de maneira definitiva, às sedes municipais. O leque de espécies cultivadas nas roças e nos quintais, embora, com relativas perdas de variedades e novos padrões de trocas e diversificação, mantém-se fortemente relacionado ao amplo conhecimento local sobre taxonomia, ecologia e os modos de usos destes cultivares.

No médio Rio Negro, a pesquisa mostrou que muitas das variedades de mandioca que existiam em 1993 numa comunidade não existem mais nesta mesma localidade. Os processos de erosão genética, de perda de diversidade, são rápidos e tem repercussões na escala local sobre a autonomia alimentar das populações que vivem dessa agricultura e sobre a durabilidade dos sistemas agrícolas frente às pragas ou a fenômenos mais gerais como mudanças climáticas (Altieri, 2004). Além da perda de diversidade, outros elementos como a contaminação com agrotóxicos, e a redução da diversidade de alimentos levam a uma reflexão geral sobre a importância das agriculturas locais. Outro elemento importante do contexto da pesquisa é constituído pela aplicação da Convenção sobre a diversidade biológica assinada pelo Brasil em 1992. Esse tratado internacional, que está na origem da Medida provisória 2186/2001 reconhece a importância e os direitos das comunidades locais e das populações indígenas sobre seu "conhecimento, inovações e práticas" acerca da diversidade biológica. Instrumentos internacionais como o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a

Agricultura ratificado pelo Brasil em 2006, visam consolidar os direitos dos agricultores sobre as plantas cultivadas e reconhecem a importância de suas contribuições (Santilli 2010). As convenções da Unesco de 2003 e 2005 sobre diversidade cultural abrem também novas perspectivas para pensar a conservação e a valorização da diversidade agrícola e enfatizar sua dimensão patrimonial.

É nessa interface do biológico e do cultural que foram desenvolvidas as ações de pesquisas, mostrando como a diversidade de plantas cultivadas no rio Negro não é apenas um recurso produtivo manejado na escala de cada agricultor, mas que cada planta cultivada é agente de múltiplos significados correlacionados a sua história, seu nome, suas características morfológicas, e sua existência em relação ao todo. Trataremos aqui apenas de um resultado, o da circulação das plantas.

3. Os procedimentos

As pesquisas desenvolvidas até o presente momento, embora com diferentes concepções e implicações locais e regionais, repousam sobre a mesma base conceitual: ambas buscaram desenvolver pesquisa de maneira colaborativa, a partir da formação de grupos de pesquisadores indígenas, e entrevistas orientadas realizadas com agricultores. Dois procedimentos metodológicos foram seguidos. Um visava, a partir de dados aprofundados junto a um pequeno número de agricultores, entender como as plantas circulam no espaço social e geográfico regional. Dois conjuntos de dados foram levantados, um referente à trajetória de vida da família e à história da comunidade, outro voltado mais especificamente para as plantas cultivadas. Todos os espaços manejados por cada família foram objetos de um levantamento georeferenciado, e as plantas cultivadas associadas a cada um destes espaços levantadas com o apoio das agricultoras. Os nomes foram enunciados, em geral, em português ou em língua geral. O nome, as características e qualquer outra informação considerada importante pelo informante foram registrados. A origem social e geográfica da planta foi anotada (quem deu, de onde, em que ocasião foi obtida) para identificação das redes de circulação das plantas. Uma vez esses dados levantados de forma sistemática, foram tabelados e as redes representadas sob forma gráfica com o *software* livre *Pajek*. A pesquisa foi realizada junto a 20 agricultoras do alto Rio Negro (São Gabriel, na sede do município e arredores e comunidades próximas: Ilha das Flores, Santa Maria e São Sebastião) e 31 do médio (Santa Isabel, na sede do município e comunidades ribeirinhas do rio Negro: Tapereira e Espírito Santo) permitindo uma comparação em termos geográficos e de urbanização.

O outro procedimento almejava ter uma visão mais regional da diversidade cultivada nas comunidades do médio Rio Negro. Elaborou-se um roteiro de tópicos sobre a origem das pessoas, os espaços de cultivo, as plantas - manivas e outras - manejadas, as que sumiram ou estão desaparecendo, o artesanato e os principais alimentos. Estas entrevistas foram realizadas pelos pesquisadores indígenas

de Santa Isabel na maioria (25) das comunidades do município. Uma terceira etapa da pesquisa se esboça hoje com o interesse dos participantes indígenas em aprofundar temas e metodologias específicas, como o da história regional, da mobilidade social e origem mítica das plantas, por exemplo.

Os projetos foram avaliados e aprovados pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético em suas deliberações nº 139 do 04/04/2006 e nº 133 do 24/11/2005 concedendo autorização de acesso ao conhecimento tradicional associado para a finalidade de pesquisa científica. No entanto, o consentimento prévio e informado das associações representativas ou comunidades participantes da pesquisa não se limitou a um ato formal no início da pesquisa, foi, e ainda é, um processo desenvolvido ao longo da pesquisa com reuniões e discussões em cada uma de suas etapas, articulando-se diretamente com a dimensão política e colaborativa da produção e valorização do conhecimento.

4. Produtos e Resultados

4.1. Produtos e processos deflagrados

Categorizamos a seguir os principais produtos da articulação entre associações indígenas, pesquisas e agricultores e entre pesquisadores (indígenas e não-indígenas) entre si.

- **Material impresso e retorno dos registros:** para cada família envolvida na pesquisa na região de São Gabriel da Cachoeira, elaborou-se uma apostila com os resultados da pesquisa (desenhos, mapas, lista de plantas, fotos, genealogia e rede de circulação das plantas). A produção deste material está em curso para Santa Isabel do Rio Negro. Calendários temáticos, sobre plantas cultivadas e cultura material, foram elaborados e distribuídos.
- **Formação dos pesquisadores indígenas:** processo contínuo feito por troca de experiências e conhecimentos, ao longo do desenvolvimento dos projetos de levantamento etnobotânico, análise de textos relacionados a temas socioambientais, glossários nas línguas indígenas, oficinas sobre alimentação e patrimônio cultural, encontros na Foirn, e participação em assembléias. Afora a importância da valorização do sistema agrícola para conservação de patrimônio biocultural, conservação ambiental e segurança alimentar, vale ressaltar, que este processo de pesquisa colaborativa, visitas às comunidades e articulação em torno do tema do registro do sistema agrícola fortaleceu o movimento indígena, principalmente a Acimrn, em Santa Isabel, onde ela tem se legitimado, cada vez mais, como instituição da sociedade civil. O mesmo pode-se dizer para os pesquisadores indígenas de Santa Isabel, que tiveram suas trajetórias de vida positivamente alteradas com o envolvimento no projeto, aumentando auto-estima e engajamento na sociedade local.

- **Feira “direto da roça”, em São Gabriel:** A feira surgiu da idéia de um grupo de agricultores indígenas da região, em 2006, com objetivo de ganhar um espaço na cidade para vender e exibir a grande diversidade dos seus produtos, com autonomia, ou seja, sem passar por atravessadores ou comerciantes que sub-valorizam os produtos da roça e trabalho do agricultor. O local, sua materialização com uma casa de forno, os aspectos econômicos e organizacionais, a divulgação na rádio municipal, foram pautas de discussão em reuniões entre ISA, Centro de comercialização do rio Negro Wariró/Foirn, pesquisadores locais e agricultores. Pouco a pouco, outras instituições, como a Funai e a Secretaria Municipal de Turismo, apoiaram a iniciativa. Em quatro anos, a feira, que funciona aos sábados, ampliou-se e tornou-se um ponto, dinâmico, de encontros e de comercialização dos produtos a preços competitivos. A feira é, hoje, um importante vetor de sustentabilidade de práticas agrícolas e visibilidade do patrimônio alimentar local.

Dia 05/09/06 – terça feira

A partir das 19horas, se instalaram na casa de forno os moradores baniwa das comunidades Itacoatiara Mirim e moradores da comunidade de Aparecida (várias etnias, falantes tukano), ambos vindos da estrada de Camanaus. Venderam quinhãpira com beiju, pupunha, banana, caxiri de manicuera e caxiri de pupunha. Os parentes do sítio Yamado tinham escutado o Sr. Luis falar no rádio, e então chegaram nesta noite para vender cará frito e banana, e participar da festa. As mulheres vendiam também beiju feito na hora.

Mais tarde, começaram a tocar cariçu e japurutu, com muita animação, se bem que a festa acabou as 9h00 da manhã e quase tudo mundo dormiu na casa de forno.

FOTOS

Relatório de um dos pesquisadores sobre inauguração da “Feira direto da roça”

- **Solicitação de registro do sistema agrícola como patrimônio imaterial:** permitiu sintetizar grande parte das informações sobre o sistema agrícola regional, a fim de compor um dossiê, necessário ao processo oficial de patrimonialização. Ademais, foi no âmbito do convênio com o IPHAN, que pesquisadores e lideranças indígenas puderam criar, conjuntamente com pesquisadores do ISA e do Pacta, uma plataforma (agenda e protocolos) de articulação política, mobilização social e auto reflexão acerca das práticas quotidianas associadas à agricultura e alimentação. Criou-se, então uma dinâmica regional que envolveu três municípios no rio Negro: Barcelos, Santa Isabel e São Gabriel. Desta forma, pesquisa colaborativa, mobilização sócio-política e políticas públicas (como as do IPHAN) articulam-se

entre si para compor um novo e saudável panorama para o futuro do sistema agrícola do rio Negro. O programa de salvaguarda do sistema agrícola é um grande desafio que traz a tona algumas contradições ou cuidados a serem tomados, (que não cabem serem detalhados nesta comunicação), é como elucidou Manuela Carneiro da Cunha (2005), para a política geral de patrimônio imaterial: ‘a principal questão talvez não seja caracterizar e delimitar um patrimônio imaterial, o maior desafio é como salvaguardar o caráter dinâmico dos bens processuais e sistêmicos.’ Neste sentido, há ainda muito a ser pesquisado e discutido, no âmbito regional de salvaguarda do sistema agrícola.

- **Intercâmbios gastronômicos:** com o intuito de valorizar o patrimônio alimentar local, oficinas de intercâmbio de receitas foram realizadas em São Gabriel da Cachoeira e em Santa Isabel do rio Negro, com divulgação nos bairros das sedes municipais e comunidades, participaram pesquisadores e agricultores locais. Ademais, no âmbito do ano da França no Brasil (em 2009) e no processo de patrimonialização do sistema agrícola do rio Negro, organizou-se, com dois renomados *chefs* de cozinha, um brasileiro, Alex Atala, e outro francês, Pascal Barbot uma pequena expedição à São Gabriel da Cachoeira, comunidades vizinhas e Manaus. Ambos visitaram feiras, roças, casas de forno, trocaram receitas com *chefs* de cozinha de São Gabriel e avaliaram que a culinária no rio Negro, bem como a da Amazônia em geral, não tem um único sabor, ela é muito diversificada e o mercado da gastronomia pode ser um interessante espaço de valorização dos ingredientes e produtores, por meio da remuneração e divulgação dos mesmos, mas não só pelos itens de qualidade produzidos, bem como pelo valor agregado do “conjunto da obra”, dos saberes, da diversidade de plantas e manejo dos espaços que as populações indígenas realizam por séculos (<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2994>: 2009).
- **Publicações científicas:** esta forma de difusão responde por uma parte às regras da produção do conhecimento científico para a sociedade como um todo - e assegura a continuidade das pesquisas -, e por outra, propicia uma maior capilaridade aos resultados, permitindo comparações na escala supra-local.

4.2. Diversidade de plantas e redes sociais

Os dados quantitativos sobre a origem das plantas enfatizam a dimensão social da existência da agrobiodiversidade no contexto do rio Negro. As trocas se fundamentam sobre laços de parentesco, por consangüinidade ou aliança, relações de vizinhança ou outras relações, tais como as que ocorrem entre compadres e entre patrões e fregueses. Estima-se que a diversidade específica cultivada pelas 51 agricultoras está entre 300 a 350 espécies, alimentares, medicinais e outros usos e a intra-específica, da

principal planta alimentar, a mandioca, em torno de 150 variedades nomeadas. A diversidade é caracterizada por um padrão heterogêneo de um agricultor para outro, com apenas um terço das plantas compartilhadas entre as famílias de uma mesma localidade, ou entre localidades distintas (Emperaire et al. 2008).

A imagem obtida por meio dos fluxos de troca e circulação (como o demonstrado na figura abaixo) das plantas reflete a memória local sobre as plantas, e coloca em um mesmo plano plantas oriundas, por exemplo, de moradores anteriores (as “plantas dos antigos”), variedades de mandioca transmitidas por uma geração anterior, ou seja, pela sogra ou mãe, e obtensões mais recentes.

Analisamos a seguir esses fluxos em uma escala crescente, do indivíduo à região, a relação entre categoria de planta e rede de circulação e, por fim, a inscrição geográfica das redes.

A rede construída na escala individual marca uma dimensão social do manejo das plantas cultivadas. Assim, a presença de 154 espécies ou variedades manejadas por uma mesma agricultora, resulta da mobilização dela com 42 provedores, por exemplo. Ter muitas plantas indica uma sociabilidade realizada e responde à ética, e às obrigações sociais, da circulação do bem de interesse coletivo representado pelas plantas. O local de moradia, comunidade ou cidade, não altera o volume das trocas do agricultor de referência (ego), permitindo inferir que, no contexto atual, o caráter dinâmico da circulação das plantas permanece importante na cidade.

Conforme pode ser visto no diagrama abaixo (Figura 1) cada agricultora obtém suas plantas de uma rede que lhe é própria, seja ela interna ou externa à comunidade ou bairro onde vive. Comunidades como Tapereira e Espírito Santo, relativamente e geograficamente próximas entre si, mas não apresentam redes compartilhadas, a não, ser com alguns provedores da cidade. Os centros urbanizados acabam se tornando novos e importantes canais de circulação de variedades. Neles, o mercado municipal, os comércios particulares, as instituições municipais, as ONGs, as sedes de missão dispõem de seus próprios canais de obtenção de plantas que muitas vezes incorporam frutas e verduras vindas de Manaus. É por meio destas organizações, com sede nas cidades, que novidades botânicas chegam também às mãos das agricultoras e atualizam a circulação regional das plantas. Da mesma forma, as cidades atraem e agregam famílias indígenas, oriundas das mais diferentes sub-regiões e afluentes do rio Negro, com estas famílias viajam também estacas e sementes que farão parte das relações de vizinhança, casamento e compadrio, por exemplo (Eloy, Lasmar, 2006). Com esses vários aportes a cidade se torna um foco de diversidade, pois amplia as possibilidades de trocas (Emperaire & Eloy 2008).

Outras interessantes características a serem apontadas dizem respeito às redes amplas de circulação, aquelas com desenhadas a partir de diferentes plantas e provedores, e não mais, a partir de uma única agricultora. Nestas redes podem-se identificar fluxos diferenciados segundo a categoria de planta

considerada. As variedades de mandiocas, junto com plantas protetoras das roças, circulam preferencialmente de mãe para filha, ou de sogra para nora, inscrevendo-se em uma lógica de um bem patrimonial de transmissão inter geracional. As outras plantas alimentares, inhames, batatas, bananas, canas, por exemplo, circulam, na sua maioria, entre mulheres da mesma geração. Já, as fruteiras passam, preferencialmente, por rotas masculinas também de uma mesma geração.

As plantas - seus nomes, suas características e sua história - circulam num espaço regional estruturado pelo rio tendo como pontos extremos, ao oeste, Mítu, na Colômbia, e ao leste, Manaus. No entanto, a maioria das trocas se dá no âmbito do lugarejo ou das comunidades vizinhas onde moram parentes e afins. Algumas espécies levantadas em Santa Isabel são procedentes de São Paulo ou de Minas Gerais, mas são exceções. Do alto rio Negro para o médio, descem variedades de mandioca ou plantas medicinais; mesmo que esses fluxos não sejam muito importantes em termos quantitativos (em torno de 3% do total), eles aportam plantas oriundas de nichos culturais bem específicos. Os fluxos vindos da região de Manaus trazem plantas ornamentais ou curiosidades botânicas como fruteiras exóticas (rambutã, por exemplo).

Dois tipos de circulação das plantas se esboçam. O primeiro, que opera na escala da unidade doméstica, responde à lógica do funcionamento de uma agricultura de queima e pousio fundamentada principalmente em plantas de multiplicação vegetativa: a cada abertura de uma roça, se transfere as estacas e mudas da roça velha para a nova.

O segundo opera na escala regional e repousa sobre laços sociais. Ele sustenta a circulação de um bem coletivo, constantemente atualizado pelas novidades trazidas por cada um e pelo processo de seleção contínua que fazem as agricultoras. Em muitas ocasiões, plantas, mudas, sementes, vistas nas roças e nos quintais dos vizinhos ou dos parentes, são trazidas, comentadas, testadas, assegurando um fluxo contínuo regional de plantas. Qualquer inovação, local ou regional, é logo colocada em circulação. Há uma maximização do benefício coletivo a partir de relações entre parentes, vizinhos e compadres. Por meio destas redes de circulação complexas e técnicas de experimentação constantes promovidas pelas agricultoras um sistema de conservação e inovação de recursos é elaborado e opera de forma multicêntrica. Nele, os papéis de selecionador, multiplicador, distribuidor e usuário do material reprodutivo são assumidos pela mesma pessoa. Assim, recriar a diversidade é um processo cumulativo que resulta dos laços sociais e inter geracionais mantidos pelas agricultoras.

FIGURA

Fig 1 - Redes de circulação das plantas entre provedores (verde) e agricultoras em Tapereira (azul),

Espírito Santo (lilás) e Santa Isabel (laranja).

5. Perspectivas

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa mostrou a relevância de uma abordagem sistêmica e dinâmica acerca dos processos de criação e manejo da diversidade. A análise reuniu elementos para a formulação de um modelo de funcionamento da diversidade agrícola indígena e bases de reflexão sobre seu futuro. No entanto, o principal desafio, válido também para outras áreas florestais, é inserir um sistema agrícola que se re-atualiza, a partir das práticas e conhecimentos extremamente elaborados, em uma economia de valorização monetária e simbólica de mercado, sem, contudo, esvaziá-lo do seu sentido cultural e dinâmico.

No sentido de equacionar parte deste desafio e pensar um programa amplo de salvaguarda, fruto do reconhecimento do sistema agrícola como patrimônio imaterial pelo IPHAN, as discussões, ainda embrionárias, que se deram no âmbito das assembleias e em discussões com pesquisadores locais, indicaram as seguintes ações: a) promover dinâmicas de atração do público jovem e infantil, neste sentido, uma possibilidade seria promover condições de uso de produtos agrícolas locais nas merendas escolares, por exemplo; b) contribuir para dar visibilidade regional e nacional as práticas e saberes dos diferentes povos indígenas habitantes do médio e alto rio Negro, tratando-as conforme suas similitudes e especificidades regionais e étnicas; c) fomentar ações para o melhor desenvolvimento da cadeia produtiva dos produtos agrícolas, focando em protocolos sustentáveis de escoamento de certos produtos agrícolas de alto valor agregado e d) criar condições para a integração entre as políticas públicas diretamente relacionadas à cultura, promovidas por órgãos do Ministério da Cultura e destas s com as de outros setores, por exemplo, Ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura e da Ciência e Tecnologia.

Esperamos que os resultados destas pesquisas e os processos deflagrados a partir delas possam contribuir, de maneira consistente, com reflexões colaborativas e elaborações de políticas públicas que visem o desenvolvimento regional sem solapar os conhecimentos locais as dinâmicas de recriação da diversidade.

6. Bibliografia

- Altieri, M., 2004, *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre : Editora da UFRGS.
- Cardoso T. M. 2008. *Etnoecologia, construção da diversidade agrícola e manejo da dinâmica espaço-temporal dos roçados indígenas no rio Cuieiras, baixo Rio Negro (AM)*. Ms, Dpt Ecologia, INPA, Manaus.

NOGUEIRA, L., FALCÃO, M. A., HILÁRIO, MELGUEIRO, M. D. R., PENHA BARRETO, M. A., DA SILVA, M. L., FERNANDES NERI, I., SANCHES, J., RODRIGUES BARROSO, M., DA SILVA DE MENEZES, O., ARAGÃO, R. P., GOMES DE CASTRO, S., MONTEIRO, V., DIAS, C., ELOY, L. & EMPERAIRE, L. 2010. *História de vida das plantas e agricultura indígena no médio e alto Rio Negro*. In: CABALZAR, A. (ed.) *Manejo do mundo: conhecimentos e práticas dos povos indígenas do Rio Negro*. São Paulo / São Gabriel da Cachoeira: ISA / FOIRN.

- Corbellini L.M. 2004. *Manejo e Agrobiodiversidade na Agricultura Indígena em Barcelos, Rio Negro (AM), Brasil*. Monografia de Graduação, Ciências Biológicas, UFRGS, Porto Alegre.
- Cunha, M. C. 2005. Na introdução da Revista Patrimônio imaterial e biodiversidade. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN / MINC), Brasília: n° 32.
- Desmoulière S. 2001. *Approche ethnobotanique de la diversité variétale du manioc en Amazonie centrale : gestion et perspectives de conservation*. Doutorado, Lab. Etnobiologia, MNHN, Paris.
- Eloy, L., Lasmar, C. 2006. A urbanização no alto Rio Negro: as dinâmicas socioculturais e agrícolas em jogo. In : Ricardo F. (coord.), *Povos indígenas no Brasil 2001-2005*, ISA, São Paulo: 237-242.
- Emperaire, L., 2001. Elementos e discussão sobre a conservação da agrobiodiversidade: o exemplo da mandioca (*Manihot esculenta Crantz*) na Amazônia brasileira. In: Capobianco J.P / organizador (et al.). *Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. São Paulo: Estação Liberdade e Instituto Socioambiental: 225 – 234.
- Emperaire, L., Eloy, L. 2008. A cidade, um foco de diversidade agrícola no Rio Negro (Amazonas, Brasil) *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas* 3(2): 195-211.
- Hammer, K., T. Gladis, et al. (2003). In situ and on-farm management of plant genetic resources. *European Journal of Agronomy* 19(4): 509-517.
- Leme da Silva, A. 2003. *Uso de recursos por populações ribeirinhas do Médio Rio Negro*. Doutorado, Dpt. de Ecologia, Inst. de Biociências, USP, São Paulo.
- Santilli, J., 2009. *Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores*, Ed. Peirópolis, São Paulo.